



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ATA DE REUNIÃO

ADPF-709 - SALA DE SITUAÇÃO NACIONAL

PLANO DE BARREIRAS SANITÁRIAS PARA OS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

REUNIÃO (VIDEOCONFERÊNCIA)

1. Data: 10 de junho de 2022.

2. Horário: das 09:10h às 11:31h.

3. Local: Videoconferência.

4. Participantes:

• **GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

- CEL FAB IVAN LUCAS KARPISCHIN
- CMG NICÁCIO SATIRO DE ARAUJO
- CEL FAB RÔMULO AMARAL
- TEN CEL FAB CLÁUDIO PARADELO PEIXOTO
- TEN EB RICARDO DA SILVA VIEIRA
- SGT EB ANDERSON DA SILVA SANTOS

• **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**

- GEOVÂNIO PANTOJA KATUKINA

• **SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA**

- EMMANUEL BOHRER JÚNIOR
- GABRIEL GUEDES COPETTI
- JOSIÊ MILFONT
- LILIANE FRANÇA NOGUEIRA
- CARLA MIOTO
- NELSON BRUNO
- ISABEL PESSOA
- MATHEUS TORQUATO DO NASCIMENTO
- CAMILE QUIROZ VIANA MACIEL
- ERNANI GOMES
- IACINETE PAMPLONA DA CRUZ
- LOYSE GABRIELLY MARINHO MORAES
- JAIME HENRIQUE CASTRO VALENCIA

• **ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**

- LUCAS ALBERTONI
- ELIAS DOS SANTOS BIGIO

- PATRÍCIA BORBA (OPI)
- LEONARDO LENIN COVEZZI DO VAL DOS SANTOS
- MAURÍCIO TERENA

- **MINISTÉRIO DE DEFESA**
 - CMG MARCELO MENDES

- **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
 - ADRIANA MARTINS

- **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
 - ROBERTA AMANAJÁS

- **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**
 - TIAGO CANTALICE DA SILVA TRINDADE
 - RENAN VINICIUS SOTTO MAIOR DE OLIVEIRA

- **ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**
 - MARIA HELENA MARTINS ROCHA

- **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**
 - FREDERICO DOS SANTOS ARAÚJO

5. Pauta

5.1 Discussões acerca dos itens que compõem a planilha de monitoramento das ações atinentes à ADPF nº 709, em específico, às Terras Indígenas (TI) **Igarapé Taboca, Kaxinawá do Rio Humaitá e Mamoadate**.

6. Desenvolvimento

6.1. Foram tecidas as seguintes considerações:

GSI – iniciou a reunião da Sala de Situação Nacional (SSN), destacando a importância de que os assuntos tratados na reunião se atenham ao âmbito da ADPF nº 709, sob pena de desviar-se a atenção dos temas de fato relevantes estabelecidos pelo STF. A título de apontamentos, teceu comentários sobre os documentos recebidos no GSI e ainda em diligência nos órgãos de interesse. Perguntou se alguém gostaria de se manifestar logo de início.

DPU – colocou que está acompanhando o caso do desaparecimento do indigenista brasileiro e do jornalista inglês na região do Vale do Javari, sobre o qual oficiou à Polícia Federal (PF) solicitando maiores informações.

APIB – apontou que as invasões e desintrusões são objeto da ADPF em tela e o que ocorreu com os desaparecidos guarda relação com a ADPF e a Sala de Situação Nacional (SSN). Solicitou iniciar a reunião pelo caso dos desaparecidos e questionou sobre a logística, recursos alocados e metodologia utilizada nas buscas. Sugeriu a criação de uma sala de situação local na região, voltada para esse caso.

MJSP – esclareceu que recebe as informações da PF e da FUNAI sobre o andamento das buscas, as quais estão sob coordenação da PF. Mencionou a presença da Marinha do Brasil, apoiando as buscas. Comentou que irá levar ao conhecimento dos seus superiores a sugestão da criação de uma sala de situação local.

FUNAI – explicou que presta apoio às buscas desde que tomaram conhecimento da notícia na segunda-feira pela manhã. A FUNAI acionou a equipe local e, na terça-feira, aumentou o efetivo envolvido nas buscas, com apoio da Força Nacional (FN) e de uma equipe composta por indígenas recentemente contratados, a qual se deslocou a partir de Atalaia do Norte, percorrendo o itinerário que os desaparecidos teriam realizado.

GSI – questionou se os desaparecidos chegaram a entrar em área indígena e se estes fizeram contato com a FUNAI previamente.

FUNAI – informou que não há notícia de que eles tenham ingressado em território indígena.

MD – Informou que os esforços de busca foram iniciados pela Marinha do Brasil (MB) tão logo tomou-se conhecimento do fato. Atualmente 4 embarcações pequenas, embarcações de apoio logístico, um helicóptero Esquilo da MB, um helicóptero Jaguar do Exército Brasileiro (EB) e mais de 200 pessoas estão envolvidas na operação de busca.

DPU – agradeceu e elogiou a atuação da MB. Sugeriu a participação de indígenas da UNIVAJ nas equipes de busca. Em relação à fronteira com o Peru, sugeriu ao MRE coordenar com aquele país as buscas na fronteira. Solicitou também que a balsa do EB, que está apoiando a operação, permaneça no local para dar suporte a SSN futuramente.

APIB – indagou se já há alguma ação efetiva junto ao Governo Peruano e perguntou quando efetivamente foram iniciadas as buscas. Complementou que a equipe de vigilância composta por indígenas possui liberdade para entrar e sair da área da Terra Indígena (TI).

MRE – informou que não houve contato com as autoridades peruanas até o momento.

MD – apontou que o emprego das tropas iniciou-se na 2ª feira, logo que se tomou conhecimento do assunto. Após isso as ações foram intensificadas com tropas do Exército Brasileiros e outros órgãos.

DPU – colocou que na coletiva de imprensa foi informado que as tropas foram alocadas no domingo e, com os apontamentos do MD, observou-se que as tropas foram alocadas somente na 2ª feira.

GSI – explicou o significado de alguns termos. Informou que “ter os meios alocados” significa que os meios foram colocados à disposição para a operação de buscas.

MD – informou que a Capitania e o Exército Brasileiro estão em constante patrulhamento, mas que o início dos movimentos de busca carece de um planejamento inicial de movimentos e meios.

DPU – ressaltou que o Comando Militar da Amazônia (CMA) teria divulgado uma nota, informando que necessitava de autorização do escalão superior para empregar os meios necessários para as buscas.

MD – Informou que somente tem conhecimento do que foi veiculado na mídia e que, no âmbito do MD, a preocupação seria a nível operacional e estratégico. Ressaltou que dúvidas podem ser tratadas diretamente com o CMA.

GSI – apresentou a planilha das TI em pauta.

APIB – solicitou o novo envio da planilha, visto que os dados de uma coluna ficaram cortados no arquivo enviado.

GSI – informou que será providenciado o ajuste e o reenvio da planilha da reunião.

SESAI – fez a leitura dos dados vacinais constantes da planilha.

APIB – solicitou a discriminação dos dados na planilha referente à vacinação dos idosos com mais de 60 anos de idade.

SESAI – informou que a 4ª dose da vacina referente ao idosos entrou em vigor recentemente e será incluída na planilha.

GSI – sugeriu que a SESAI fornecesse oportunamente os dados referentes à 4ª dose da vacina dos idosos para divulgação aos membros da SSN.

APIB – agradeceu as informações trazidas pela SESAI e questionou de quais aldeias são os dados apresentados pela SESAI.

SESAI – informou que os dados seriam da cobertura vacinal das aldeias Nova União, Altamira Independência e Flor da Mata e que os dados se referem ao povo Kaxinawá.

APIB – questionou se há base e equipes no local.

FUNAI – respondeu que há uma base na TI Igarapé Taboca e no entorno e que os valores se referem às ações nesta base (BAPE).

SESAI – fez a apresentação dos dados vacinais da TI Kaxinawá do Rio Humaitá.

APIB – questionou sobre a renovação dos contratos dos colaboradores nesta TI do Acre e quantas pessoas seriam contratadas.

FUNAI – respondeu que os contratos foram renovados até dezembro de 2022 e que a quantidade de novos servidores chegou a 640. Completou que, mesmo diante da desistência de 30 a 40 servidores, os quais não tiveram interesse de renovar seus contratos, as novas contratações permitem atender às ações das BAPES. Ressaltou que se pretende incluir no orçamento deste ano uma previsão para contratação de novos servidores para o ano de 2023. Respondeu, ainda, que no Acre são cerca de 70 servidores e que não houve baixas na renovação, isto é, todos renovaram seus contratos.

APIB – perguntou se haverá substituição dos desistentes mencionados.

FUNAI – respondeu que não haverá substituição dos desistentes, pois houve 3 chamadas no processo seletivo. Agregou que um período de 24 meses entre um processo seletivo e outro dificulta novas contratações.

APIB – questionou se a SESAI tem o controle da cobertura vacinal do entorno da TI Kaxinawá.

SESAI – respondeu que o monitoramento realizado se refere às comunidades indígenas e não aos ribeirinhos próximos.

APIB – perguntou qual o efetivo para a TI Humaitá. Questionou se FUNAI realizou algum trabalho de sobrevoo nos últimos 6 meses para monitoramento das malocas na TI Humaitá e qual seria o resultado.

FUNAI – informou haver cerca de 13 pessoas na área, além do posto construído para os indígenas e a FUNAI, o qual está reformado. Informou a existência de planos para a construção de outra base. Agregou que foi realizado sobrevoo para levantamento das malocas e roçados no entorno devido a invasões das casas dos ribeirinhos.

APIB – indagou quando foi o sobrevoo e coleta das informações. Questionou ainda sobre a situação da campanha vacinal do entorno.

FUNAI – respondeu que a ida da equipe foi anterior ao sobrevoo, o qual foi feito para localizar e monitorar os índios isolados. Quanto à vacinação no entorno, informou que esta foi colocada no plano de contingência.

APIB – questionou sobre a cobertura e recusa vacinal.

SESAI – comentou sobre a conscientização da vacinação. Informou que a população tem um certo receio na assinatura de termos de recusa da vacina, porque as equipes têm trabalhado e reduzido as recusas. A ação do CONDISI tem contribuído bastante, auxiliando nessas situações.

APIB – colocou que há pouca vacinação nessa TI, face aos percentuais baixos em 1ª e 2ª doses, assim como indagou qual seria, se não há recusa, a razão dos baixos índices.

SESAI – respondeu que os menores de 18 anos estão em TI de difícil acesso sendo necessário um planejamento minucioso em virtude das vacinas. Informou que a vacinação dos adolescentes começou ano passado com o imunizante Pfizer, com o qual não foi possível operacionalizar a vacinação, mesmo tendo sido solicitado apoio aéreo. Ressaltou que, quando foi autorizado o imunizante Coronavac para pessoas maiores de 6 anos de idade, iniciou-se a vacinação dos adolescentes nessas TI de difícil acesso. Confirmou que a vacinação dos adolescentes dessa TI iniciou em fevereiro e que somente nos meses de abril e maio os imunizados estariam aptos a tomarem nova dose. Quanto à vacinação das crianças das TI Humaitá e Taboca, começou-se a vacinação em março, a qual aguarda o prazo para tomar nova dose de vacina. Informou que existe a recusa vacinal dos maiores de 18 anos, mas também existe outras questões como por exemplo o nomadismo dos povos, que dificulta as ações de vacinação. Informou que, na TI Taboca, as equipes cumprem um cronograma muito extenso e que estão sendo atualizados os dados.

APIB – colocou que os DSEI podem pedir apoio às demais instituições para realizar a vacinação, melhorando a logística dessa atividade.

SESAI – ressaltou que a equipe que atende à TI Igarapé Taboca vai atualizar os dados e que a permissão de uso de outro imunizante permitirá avançar a vacinação.

APIB – informou que o novo imunizante foi liberado há cerca de 4 meses e afirma que, em outras TI com as mesmas dificuldades de acesso, a vacinação tem avançado. Questionou quais são as ações tomadas para a construção da base da TI Mamoodate e a permanência na região. Perguntou o efeito de temporários da FUNAI na TI. Informou que houve um encontro de líderes indígenas na região e perguntou sobre os encaminhamentos dados pela FUNAI. Questionou se há intercâmbio com o Peru para monitoramento desses povos.

FUNAI – respondeu que estava sendo ocupada uma estrutura de uma escola para monitorar o fluxo. O acompanhamento é feito diariamente e semanalmente, via rádio. Foi necessário cotar o material para construção de uma base no local, tentando unificar várias frentes de proteção. Quanto ao encontro mencionado, informou que os resultados alimentarão novas atualizações do Plano de Contingência.

MRE – respondeu que há acordo em negociação com o Peru (Ministério da Cultura), o qual ainda não se encontra em vigor, mas que existe um projeto de acordo de Cooperação Amazônico, que visa a tratar estes temas multinacionais envolvendo esses povos.

APIB – questionou se há previsão de assinatura do acordo e se há um plano de trabalho. Perguntou se o acordo contempla os PIIRC ou qual seria a ideia do projeto.

MRE – respondeu que o projeto é da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico e o projeto envolve o Itamaraty, FUNAI e SESAI, tratando-se de uma ação adotada para atender os PIIRC.

FUNAI – complementou que existe o memorial de entendimento para tais acordos de Cooperação Técnica com o Governo Peruano (Ministério da Cultura), onde se preveem metodologias para tratar com os PIIRC e para os quais já existe uma previsão de conclusão para 2024, a exemplo do que se faz com a Colômbia.

APIB – questionou se, junto com a Frente de Proteção, há participação da SESAI/DSEI e do Governo Peruano.

SESAI – respondeu que há participação da SESAI nestas reuniões para encontrar soluções para as demandas dos PIIRC.

FUNAI – respondeu que a renovação de restrição de uso da Waimiri Atroari foi publicada no dia 10 de junho, no DOU.

APIB – perguntou sobre os invasores da TI Piripkura.

FUNAI – respondeu que desde 2ª feira a PF, a FUNAI e o IBAMA estão trabalhando na BAPE de Piripkura e que estão promovendo ações na TI Kawahiva. A SEMA busca segurança da base da FUNAI, que conta com o apoio da Força Nacional. A FUNAI está seguindo os cronogramas dessas ações conjuntas para a desintrusão.

APIB – questionou sobre uma decisão da Justiça Federal que determinou prazo em uma ação civil pública para prorrogação da Portaria de Restrição de Uso, a qual estaria sendo descumprida pela FUNAI.

FUNAI – respondeu que foi elaborada uma nota técnica e que solicitou parecer jurídico sobre a decisão, a fim de cumprir a determinação judicial.

APIB – colocou que a FUNAI estaria postergando a renovação da Portaria de renovação. Quanto à Portaria de Renovação questionou, ainda, sobre o cronograma do grupo de trabalho (GT).

FUNAI – colocou que a questão do tempo é fundamental e que a coordenação do GT será essencial para determinar o tempo necessário para a renovação da Portaria de Restrição de Uso.

APIB – solicitou registrar que o prazo da Portaria de Restrição deverá ser estendido até a regularização fundiária.

GSI – colocou que a próxima reunião deverá ser realizada em 24 de junho de 2022 e citou as 3 TI a serem trabalhadas, assim como reformou a necessidade de os temas a serem tratados na SSN se referirem ao que se vê estabelecido na ADPF nº 709.

APIB – colocou que todos os temas tratados na SSN são importantes e destacou a boa execução do tempo gasto nos assuntos tratados, enfatizando que tudo se encontra no escopo da ADPF nº 709.

MPF – leu trecho de uma das Decisões do Min. Barroso sobre a ADPF 709, a qual menciona o aspecto da proteção territorial como parte da ADPF nº 709.

7. Encerramento

Finalizando, o Cel Karpischin agradeceu a presença e o empenho de todos, encerrando a reunião em seguida.

RICARDO DA SILVA VIEIRA - 1º Ten EB

Aprovo:

IVAN LUCAS KARPISCHIN Cel Av FAB

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

"BRASIL 200 ANOS INDEPENDÊNCIA, SOBERANIA E LIBERDADE"



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Lucas Karpischin, Diretor(a)**, em 13/06/2022, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3431616** e o código CRC **7626B826** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0